

DE MÃOS ENTRELACADAS: AS RELAÇÕES ENTRE JORNALISMO E LITERATURA NO SÉCULO XIX NO BRASIL E EM PORTUGAL

Janaina Dias Barcelos¹

RESUMO: Este artigo pretende traçar um panorama do jornalismo no século XIX em suas relações com a literatura, mostrando a importância dos escritores para o desenvolvimento da imprensa, bem como a função dos jornais como canal para o exercício literário e a divulgação da literatura. A partir de um trabalho de revisão bibliográfica, apresentamos breve histórico dos primórdios da prática jornalística brasileira, para efeito de contextualização, e partimos para abordar o papel da literatura na imprensa do Brasil e de Portugal, os principais escritores, a importância dos folhetins, as conexões entre literatura e jornalismo como trânsito de mão dupla. Nesse sentido, o realismo social busca se reciclar bebendo da fonte jornalística, enquanto o novo jornalismo procura referências literárias numa proposta que foge à objetividade, já então crescente na atividade.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo; Literatura; Século XIX.*

ABSTRACT: This article aims to make an overview of Journalism in the XIX century and its relations with literature. It also intends to show the importance of writers for the press development and the role of newspapers as a channel for the literary exercise and dissemination of literature. From a review of the most significant bibliography, we present a brief history of the beginnings of Brazilian journalistic practice (for a contextualization effect) and, after that, we approach the role of literature in Brazilian and Portuguese press: the main writers, the importance of publications called feuilleton, the connections between literature and journalism as a two-way traffic. In this sense, the social realism is recycled having journalistic sources as base, while the new journalism seeks literary references in a proposal that evades objectivity, which presence was already increasing in the activity.

KEYWORDS: *Journalism; Literature; XIX Century.*

¹ Doutora em Estudos Linguísticos - Análise do Discurso pela UFMG, mestre em Comunicação e Jornalismo pela Universidade de Coimbra, jornalista graduada pela UFMG, professora substituta da UFSJ.

INTRODUÇÃO

Ao estudar a história do jornalismo, é preciso falar, também, de literatura. Afinal, bem antes de o texto jornalístico impresso adquirir o formato atual, baseado em conceitos como objetividade, *lead* e pirâmide invertida, eram os “homens da pena” que dominavam as redações, com uma escrita marcada pela literariedade.

Não se trata, de maneira alguma, de discutir a predominância de um estilo narrativo sobre outro, mas de apresentar como o papel de jornalista se mesclava com o de escritor nos primórdios da imprensa, momento em que o jornalismo ainda não possuía uma narrativa própria, o que só veio a ocorrer com a industrialização dos meios de comunicação e com as necessidades de adequação do texto jornalístico impresso a novos tempos e ritmos impostos pela modernidade, a partir do final do século XIX.

Os pontos em que literatura e jornalismo se cruzam, bem como as fronteiras que os separam, não são uma reflexão nova. Mesmo assim, trata-se de discussão importante de ser retomada e revista na contemporaneidade, momento de pluralidade de narrativas, marcadas pela heterogeneidade e pelo trânsito. É época em que as fronteiras se esvaecem, em que a questão dos gêneros é debatida e em que a transdisciplinaridade tem pautado muitas propostas acadêmicas. A discussão sobre a relação entre esses dois campos permite buscar, sempre, outras leituras e possibilidades. Buscaremos, aqui, traçar um breve panorama desse cenário, a partir de uma pesquisa bibliográfica, que nos ajude a compreender como o jornalismo foi se transformando e como essas conexões, sendo entrelaçadas.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Para compreender esse percurso dos jornalistas-escritores, inicialmente, é necessário contextualizar o começo da imprensa periódica no Brasil. Como sabemos, ela surge oficialmente com a vinda da família real portuguesa para o país, em 1808, em decorrência da ocupação da Península Ibérica pelas tropas de Napoleão Bonaparte.

Contudo, a arte gráfica já era praticada no Brasil desde 1706, em Pernambuco, e desde 1747, no Rio de Janeiro, mas se limitava apenas a serviços rudimentares, como

avisos, missais e livros modestos. Bahia (1964) informa que teriam circulado, ainda, alguns papéis clandestinos com notícias e anúncios.

No início do século XIX, após a vinda de D. João VI, os jornais brasileiros praticamente se limitavam a relatar acontecimentos da corte. O primeiro jornal do país foi o “Correio Braziliense”², editado em 1808, pelo português Hipólito José da Costa, na Inglaterra, devido à proibição da Coroa Portuguesa que ainda não permitia instalar oficinas de impressão em seus domínios (SEABRA, 2002). O segundo foi “A Gazeta do Rio de Janeiro”³, editada por Frei Tibúrcio José da Rocha. Inaugurada em 10 de setembro, três meses após a primeira edição do “Correio”, a publicação funcionava como diário oficial da Coroa e era rodada na Impressão Régia, criada em 13 de maio e denominada Tipografia Nacional. Saía de duas a três vezes por semana.

Marques de Melo (2001), em artigo publicado no jornal da Rede Alfredo de Carvalho, comenta que a discussão sobre quem mereceria o título de fundador do jornalismo brasileiro permanece como um capítulo inconcluso da história nacional. A honra, que sempre coube a Frei Tibúrcio, passou às mãos de Hipólito da Costa a partir do ano 2000, com projeto de lei apresentado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso.

No entanto, Marques de Melo (2001) aponta que, para Costa Rego, primeiro professor de jornalismo do Brasil, nem um dos dois mereceria o título, visto que não exerciam a profissão com autonomia. Frei Tibúrcio estava comprometido com o Governo e a Igreja, enquanto Hipólito da Costa ligava-se à maçonaria e ao capitalismo britânico. Para o professor, o primeiro jornalista brasileiro foi o publicista Tavares Bastos, que atuou na imprensa durante o Segundo Reinado, rompendo amarras partidárias ou governamentais. Independentemente da definição de quem foi realmente o precursor do jornalismo tupiniquim, Marques de Melo (2001) classifica como inegável a natureza informativa do trabalho de Hipólito da Costa, caracterizado por Bahia (1964, p.13) como “noticioso, político, vigoroso, independente”.

Além disso, o conteúdo do jornal oficial deixava a desejar, conforme Sodré (1966, p. 23), pois “nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado”. Parte do texto da

² O “Correio Braziliense” ou “Armazém Literário” foi lançado em Londres em 1º de junho de 1808 e durou até dezembro de 1822. Teve 175 edições.

³ A “Gazeta do Rio de Janeiro” foi o primeiro jornal, de fato, publicado no Brasil, já que o “Correio Braziliense” era feito na Inglaterra. Durou de 10 de setembro de 1808 a 31 de dezembro de 1822, quando passou a chamar-se “Diário do Governo”, nome com o qual sobreviveu até maio de 1824.

“Gazeta” era extraída de jornais de Lisboa ou da Inglaterra, e todo material, submetido aos censores da Coroa Portuguesa.

Entre 1808 e 1821, o quadro da imprensa que se fazia no Rio de Janeiro se manteria praticamente inalterado, conforme Lustosa (2000). Somente duas décadas depois da vinda de D. João VI para o Brasil, os jornais passam a envolver-se nos principais acontecimentos políticos da época, como a Revolução Constitucionalista do Porto, em Portugal, em 24 de agosto de 1820⁴. O Rio de Janeiro se torna, então, palco de debates políticos e a imprensa atua como uma arena, em que se discute, entre 1821 e 1823, o processo de independência do País. O jornalismo se apresenta opinativo e ideológico, marcado pela escrita literária. Mas, é só após a independência do Brasil, em 1822, que desaparece a proibição formal ao desenvolvimento da imprensa.

Segundo Lustosa (2000, p. 26), a partir dos anos 1820, “o jornal se despe dos panegíricos à família reinante, abandona a apatia modorrenta que marcava a ‘Gazeta do Rio de Janeiro’ e adota um tom mais agressivo”. Todavia, a maior parte das publicações, nessa época, não durava muito tempo e tinha tiragem reduzida.

Bahia (1964) lista uma série de periódicos que surgiram no Brasil desde 1812, ano de criação, por exemplo, da revista “As Variedades ou Ensaio de Literatura”. Em 1813, aparece, no Rio de Janeiro, a revista de cultura e notícias “O Patriota”; em 1823, nasce “O Compilador”, primeira gazeta de Minas Gerais, no mesmo ano de “O Diário de Pernambuco”, ambos com papel político importante nas lutas liberais. Em 1827, havia nove jornais no Rio de Janeiro e 22 nas províncias brasileiras. Foi nesse ano que surgiu o “Jornal do Comércio”, no Rio, e “O Farol Paulistano”, em São Paulo. O jornal “Província de S. Paulo”, em circulação a partir de 1875, se tornaria, com a proclamação da república, “O Estado de S. Paulo”, que ainda circula, nos dias atuais, em todo o país.

Mas é no fim do século que surgem no Rio de Janeiro, então capital federal do país, os principais jornais que marcariam época na história política e cultural do Brasil: “Gazeta da Tarde” (1880), “O País” (1884), “A Notícia” (1884), “Diário de Notícias” (1885), “Cidade do Rio” (1888) e o mais popular dentre todos, a “Gazeta de Notícias” (1875). Vale destacar, ainda, o “Jornal do Comércio”, com reputação consolidada desde 1827 (ASPerti, 2005).

⁴ Forças marcharam do Porto para Lisboa, onde, a 15 de setembro, destituíram os governadores. Criou-se uma junta provincial do Governo Supremo do Reino, que assumiu a forma de um governo quase soberano, mas em nome do rei. A junta convocou imediata reunião das antigas Cortes da monarquia portuguesa. (LUSTOSA, 2000, notas).

O PAPEL DA LITERATURA

Até a reforma da imprensa brasileira a partir da década de 1950, o jornalismo se constituía em um exercício mais literário, com variações estilísticas, e grande parte dos jornalistas da época eram também escritores. Vários autores encontravam no jornalismo uma forma de subsistência e de divulgação de seus trabalhos. Santos (2004) destaca que as dificuldades para o desenvolvimento do mercado editorial entre o final do império e o início da república, período marcado por oscilações sociais e econômicas, faziam com que literatos ingressassem no jornalismo, uma vez que os periódicos, muitas vezes, determinavam a reputação do escritor.

Freitas (2002), em estudo sobre as relações entre jornalismo e literatura, assinala que

jornalista, colaborador literário e escritor eram difíceis de separar e, muitas vezes, trabalhavam uma mesma matéria para os jornais e para os romances, sem que esta acumulação lhes levantasse problemas. Captavam o realismo dos acontecimentos e romanceavam em torno deles. (FREITAS, 2002, p. 15)

Lustosa (2000, p. 33) também aponta que o papel do jornalista se confundia com o do escritor no século XIX e destaca que o homem de letras era considerado o “mentor da sociedade”, e a imprensa, “o meio privilegiado de sua ação”. Diante da carência de livros e informações, cabia ao jornal o papel de educar e instruir. Para tal tarefa, eram convocados os literatos, que, além de suprir as carências culturais e educacionais dos leitores, deviam promover o debate político. Entre 1821 e 1823, juntamente com a linguagem literária, vários jornais passaram a adotar também uma escrita pautada pela oralidade, com o objetivo de aproximar os leitores do debate político.

Ainda em busca de uma identidade própria, até mesmo o formato e o conceito dos primeiros jornais se confundiam, em certos momentos, com o livro. O “Correio Braziliense”, por exemplo, nos moldes do que ocorria na Londres do século XVIII, adotava uma numeração de páginas que continuava nas edições seguintes, como uma obra fechada. Era impresso em formato in-oitavo, que é o tamanho tradicional dos livros.

Sodré (1966) também aponta que imprensa e literatura confundiam-se muito nessa época, o que mostra como o jornalismo ainda engatinhava, visto que ainda não havia criado sua própria linguagem nem definido seu papel específico. Portanto, o

jornalismo e a literatura, conforme Bahia (1999, p. 43), citado por Seabra (2002, p. 34), praticamente cresceram juntos no Brasil, um influenciando o outro, num momento em que a imprensa se configurava como “instrumento de luta política ou de embate entre ideais estéticos”.

No século XIX, a literatura cumpria a função de oferecer o suporte linguístico aos textos jornalísticos, que ainda não possuíam uma linguagem própria autônoma, como afirma Neiva (2005). Além do teor literário, o jornalismo da época continha uma linguagem bastante doutrinária, com um tom retórico comum ao Direito – visto que muitos advogados também escreviam nos periódicos –, bem como discursos com caráter político-partidário. Nessa época, os jornais também dedicavam parte de suas páginas às crônicas. Segundo Neiva (2005, n.p.), os escritores de crônicas buscavam “imprimir ao seu texto uma linguagem independente de toda a sorte de vícios, expressões difíceis ou jargões que predominaram no jornal desse período”. Para a autora, a crônica representou “um espaço definido, independente no jornal”, devido “à sua autonomia de significação, temática e linguística” (Neiva, 2005. n.p.).

Lima (2004) aponta que, a partir de 1850 até o final do século XIX, escritores como Machado de Assis, Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar, Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo trabalharam em jornais. E era no Rio de Janeiro, onde estavam os principais periódicos, que se fixavam os grandes nomes das letras nacionais, que “incontestavelmente fizeram a história do jornalismo brasileiro, concedendo aos diários da época textos próprios” (ALPERTI, 2005, n.p.).

Em crônica publicada na “Gazeta de Notícias”⁵, em 2 de agosto de 1903, Olavo Bilac ressalta que Alencar e Macedo levaram a literatura para o jornalismo, mas foi sua geração que fez da imprensa literária uma profissão remunerada. Bilac dizia:

Hoje, não há jornal que não esteja aberto à atividade dos moços. O talento já não fica à porta, de chapéu na mão, triste e encolhido, farrapão e vexado, como o mendigo que nem sabe como há de pedir a esmola. A minha geração, se não teve outro mérito, teve este, que não foi pequeno: desbravou o caminho, fez da imprensa literária uma profissão remunerada, impôs o trabalho. Antes de nós, Alencar, Macedo e todos os que traziam a literatura para o jornalismo, eram apenas tolerados: só a política e o comércio tinham consideração e virtude. Hoje, oh! espanto! Já há jornais que pagam versos! (BILAC *apud* DIMAS, 1996, p. 56)

O escritor publicava crônicas dominicais nesse jornal carioca, nas quais traçava “um retrato da sociedade carioca finissicular, ajudando assim a perpetuar no cotidiano

⁵ Jornal fundado por Ferreira de Araújo, em agosto de 1875, no Rio de Janeiro.

do leitor a história não só da crônica, mas da vida na nova República, a partir, principalmente, da década de 1890” (ASPERTI, 2005, n.p.).

O “Gazeta de Notícias” se tornou um sucesso na época. Além de ser vendido a preços módicos, oferecia aos leitores, de modo acessível, literatura em folhetins, crônicas, atualidades e amenidades. E foi o primeiro periódico a ser vendido diariamente de modo avulso por garotos-jornaleiros. Os outros só efetuavam vendas por assinatura. Em sintonia com a afirmação de Bilac, Asperti (2005) destaca que

esta folha foi a grande divulgadora e financiadora das letras, dando espaço incomensurável em suas colunas para todos os grandes escritores nacionais e estrangeiros do momento divulgarem seus textos. A partir de meados da primeira década do século XX, a Gazeta de Notícias representa para os literatos colaboradores um meio de sobrevivência seguro (ASPERTI, 2005, n.p.).

Para Dimas (1996, p. 13), organizador da coletânea “Vossa Insolência”, de crônicas de Bilac na “Gazeta”, esse periódico “fora objeto do desejo de toda uma geração” e “desfrutava do prestígio de ter sido fundamental na profissionalização do intelectual de letras do Rio de Janeiro”.

Dos principais nomes das Letras, de acordo com Santos (2004), Machado de Assis foi um dos escritores que percebeu no jornal o potencial de veiculação de seu trabalho. O autor publicou crônicas em jornais, principalmente na “Gazeta de Notícias”, por quatro décadas e

vivenciou o instante híbrido em que o jornal se configurava como nova forma, mas que ainda conservava vestígios do livro, muito embora se movesse cada vez mais ágil pelos trilhos do tempo, atendendo a demanda de um olhar que já se habituava, pouco a pouco, a uma nova velocidade, a uma nova pressão (SANTOS, 2004, n.p.).

Para a autora,

Entre a narrativa livresca antiga e a notícia *à la minute* tardo-moderna, a época de Machado conheceria a escritura de passagem da crônica, situada entre o fato e a ficção, entre o olhar fotográfico e o da imaginação, entre a literatura e a anti-literatura, entre a permanência e a recorrência, entre a leitura individual e a coletiva, entre a casa da palavra e o “olho da rua” (Santos, 2004, n.p.).

Chamado para substituir Machado de Assis na coluna da “Gazeta”, em 1897, Olavo Bilac exerceu a função até 1908. O poeta parnasiano dedicou-se à imprensa por 15 anos, tendo passado por várias outras publicações, como “Gazeta Acadêmica”

(1883), “A Cidade do Rio” (1888-1893), “A Cigarra” (1895), “A Bruxa” (1896), mas foi na “Gazeta de Notícias” que concentrou a maior parte de sua produção como cronista.

OS FOLHETINS

Até os primeiros anos do século XX, muitos jornais abriram espaço para folhetins e criaram suplementos literários. Pinheiro (1996) aponta que os folhetins foram o “primeiro caso histórico da relação entre um sistema de produção estética e outro nascido de inovações técnicas dirigidas à fruição em massa”⁶.

Inicialmente, folhetim era o nome conferido a qualquer seção de jornal onde fossem publicados desde ensaios a críticas literárias, passando, posteriormente, a ocupar o rodapé das publicações, com artigos, críticas literárias e resenhas. Neiva (2005) explica que, a partir dos anos 30 do século XIX, o folhetim ganha certa autonomia no espaço jornalístico, com textos de autores estreados. Passaram pelas páginas dos periódicos romances como “O Guarani” (1857, “Diário do Rio de Janeiro”) e “A Viuvinha” (1860, também no “Diário”), ambos de José de Alencar; “Memórias de um sargento de milícias”, de Manuel Antônio de Almeida (1852/1853, “Correio Mercantil”), e “O Ateneu”, de Raul Pompéia (1888, na “Gazeta de Notícias”). Dedicaram-se também à tarefa de escrever folhetins França Júnior, Aluísio Azevedo e Olavo Bilac, entre outros.

O romance-folhetim teve origem na França e na Inglaterra; aparece como publicação diária por volta de 1836, com solidificação nos jornais franceses em 1842, conforme Ribeiro (1996). Autores como Honoré de Balzac, Eugène Sue, Victor Hugo e Frédéric Soulié tiveram suas obras divulgadas em folhetim. Nos Estados Unidos, a produção ficcional, em forma de folhetins e contos breves (*short stories*), cujo um dos nomes é Edgar Allan Poe, ganha espaço nos periódicos com mais força após 1825.

Nos jornais brasileiros, o romance-folhetim geralmente ocupava oito colunas do rodapé do periódico. Alperti (2005) cita que a “Gazeta de Notícias” chegou a publicar dois romances seriados por dia, que cumpriam duas funções: atrair todas as camadas sociais de letrados e ocupar a lacuna no caso de algum colaborador fixo faltar com sua obrigação.

⁶ Amálio Pinheiro escreve a orelha do livro “Imprensa e Ficção no século XIX”, de José Alcides Ribeiro. O texto de Pinheiro data de abril de 1996.

Sobre a importância do folhetim na sociedade do século XIX, Sodré (1966) aponta que:

O grande público iria sendo lentamente conquistado para a literatura, principalmente pelo folhetim, que se conjugou com a imprensa (...). O folhetim era, via de regra, o melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento que podia oferecer, e por isso mesmo, o mais procurado. Ler o folhetim chegou a ser hábito familiar, nos serões das províncias e mesmo da corte, reunidos todos os de casa, permitida a presença das mulheres. A leitura em voz alta atingia os analfabetos, que eram maioria. (SODRÉ, 1966, p. 279)

O JORNALISMO PORTUGUÊS

Em Portugal, somente no final de oitocentos é que o jornalismo começa a alicerçar-se, também marcado pela literatura e pelo espírito partidário, como relata Santos (2005). Ele cita, por exemplo, o jornal “Repórter”, que buscava um primor literário em sua escrita e trazia artigos de importantes nomes da literatura. Para o autor, “A iniciação jornalística em Portugal, na passagem do século XIX para o XX, era ainda muito devedora da tradição literária” (SANTOS, 2005, p. 89). Ele destaca que o chamado fato do dia tinha bem menos importância que textos de origem literária ou panfletária.

A objetividade era pouco significativa – ou totalmente desconhecida. Ao evidenciar assuntos da política, o que significava a existência de jornalistas engajados partidariamente, juntava-se a necessidade de escrever em estilo literário. Com frequência, a ascensão na carreira profissional passava por esse registro (SANTOS, 2005, p. 88).

Na passagem do século em Portugal, o jornalismo buscava sua identidade, num período em que o peso dos escritores na redação de artigos de fundo e de folhetins era notório, ao mesmo tempo em que surgia a figura do repórter como aquele que procura a notícia na rua (SANTOS, 2005). Mas o jornal ainda dependia

do talento e desembaraço literário dos seus redactores. (...) Quem escrevia não se podia dispensar de o fazer nos jornais. O mundo dos livros era apenas um anexo do mundo da imprensa (...). Para o escritor, a imprensa era, em primeiro lugar, a possibilidade de viver da pena (MATOSO, 2001, p. 52).

A maioria dos periódicos era alinhada partidariamente, muitos adotavam o viés sensacionalista. Em 1900, dos 416 títulos existentes em Portugal, 42% concentravam-se nas cidades de Lisboa e Porto, palcos dos principais acontecimentos políticos do país.

Além de contar com renomados escritores no quadro de redatores, os jornais portugueses ajudavam na divulgação da literatura. O “Diário de Notícias”, desde seu primeiro ano, vendia obras em fascículos ou as publicava no jornal. O escritor Alexandre Herculano, venerado no século XIX, “se considerava um ‘filho da imprensa’” (MATOSO, 2001, p. 58).

Em 1884, o jornal “O Imparcial”, de Coimbra, fez uma sondagem para saber quais os escritores preferidos dos leitores. Entre os 25 escolhidos, Camilo Castelo Branco conquistou o primeiro lugar. Os primeiros trabalhos jornalísticos do escritor datam de 1846, tendo passado por vários periódicos ao longo dos anos. O jornal que mais publicou obras literárias completas de Camilo Castelo Branco, em folhetins, foi “O Comércio do Porto”, entre 1861 e 1867. Ele também colaborou intensamente em “O Nacional”, de 1846 a 1862, do qual foi diretor literário em 1857.

Eça de Queirós ficou com o quarto lugar, depois de Manuel Pinheiro Chagas e José Maria Latino Coelho, que escreviam na imprensa. Camilo Castelo Branco escreveu em jornais durante muitos anos. Eça de Queirós publicara, em 1880, uma novela em folhetins no “Diário de Portugal” e era conhecido dos leitores do “Diário de Notícias” e de “As Farpas”. O escritor também colaborou na “Gazeta de Notícias”, do Brasil.

Mas a participação de escritores em jornais data de bem antes. Almeida Garrett, por exemplo, teve seus primeiros textos publicados em periódicos, nos idos de 1821, quando ainda estudava na Universidade de Coimbra. Anos depois, em 1826, ingressa na redação do diário “O Português”, junto com alguns amigos, e, em 1827, cria “O Cronista”, publicação semanal com conteúdos de política, literatura, ciências e artes. Vítima de censura, Garrett segue para exílio na Inglaterra, onde continua a publicar textos em jornais efêmeros. Em 1836, de volta a Lisboa, passa a escrever para “O Português Constitucional”, com forte cunho político (MONTEIRO, 2001).

Assim como em outros países europeus e no Brasil, o folhetim também obteve sucesso na imprensa portuguesa do século XIX. Obras de Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão e Júlio Dinis estiveram reproduzidas, capítulo a capítulo, em jornais como “Diário de Notícias”, “República”, “Diário Popular”, “Diário de Lisboa” e “A Capital”. Os jornais portugueses também publicavam textos traduzidos de autores estrangeiros.

Freitas conta que Ramalho Ortigão e Eça de Queirós publicaram, sem assinar, em 1870, o folhetim “O Mistério da Estrada de Sintra”. Intencionalmente envolvido numa aura de segredos, que levava o leitor a ficar em dúvida se a história era real ou fictícia, o folhetim levou o jornal a picos de venda (FREITAS, 2002).

O REAL NA LITERATURA

O trânsito é de mão dupla. Na literatura de ficção europeia do século XIX, a escola do realismo social busca no jornalismo fonte para reciclar sua prática, enriquecendo-se com as possibilidades “de representação do real efetivo (...) – com sabor literário – dos episódios sociais” (LIMA, 2004, p. 178). Escritores, como o inglês Charles Dickens e o francês Honoré de Balzac, faziam pesquisas de campo detalhadas antes de compor um romance ou uma novela, e suas histórias nasciam dessa observação minuciosa da realidade.

O Realismo surge na segunda metade do século XIX, em oposição ao subjetivismo do Romantismo, com a proposta de, na literatura, produzir uma prosa voltada para uma abordagem objetiva da realidade e para temas sociais. Além do objetivismo, o romance realista do século XIX buscava adotar uma linguagem popular, valorizar personagens inspirados na realidade, o uso de cenas cotidianas, a ênfase no presente e a crítica social.

Os principais autores brasileiros dessa época são Machado de Assis, Raul Pompéia e Aluísio de Azevedo, que também escreviam em jornais. Em Portugal, destacam-se Eça de Queirós e Antero de Quental. O movimento realista em terras lusitanas inicia-se com a Questão Coimbrã⁷, após 1865, e as Conferências do Casino⁸, em Lisboa, em 1871, ocasião em que Eça de Queirós falou sobre “O realismo como nova expressão da arte”.

O crítico Boris Schnaiderman, citado por Lima (2004), aponta Tostói, Dostoiévski, José Martí e Graciliano Ramos como escritores que buscavam o que ele chama de “literatura do fato real”. Para o crítico,

⁷ A Questão Coimbrã foi o primeiro sinal de renovação ideológica em Portugal, promovida por um grupo de jovens escritores de Coimbra.

⁸ As Conferências do Casino foi uma manifestação da chamada Geração de 70, grupo de escritores e intelectuais de vanguarda em Portugal, impulsionados por Antero de Quental, em resposta à artificialidade do Romantismo e com a proposta de arte como reprodução do real.

O jornalismo apropria-se das técnicas da literatura e vice-versa. O jornalismo tem dado maior vivacidade à literatura moderna. Qualquer reportagem bem-feita tem elementos literários (...). Em termos modernos, a literatura e o jornalismo são vasos comunicantes, são formas diferentes de um mesmo processo. (SCHNAIDERMAN *apud* LIMA, 2004, p. 179)

Nessa linha, pode-se citar, ainda, Érico Veríssimo, no Brasil, e William Faulkner, na América do Norte, bem como o mexicano Manuel Gutierrez Najera e o nicaraguense Rubén Darío.

A CAMINHO DA OBJETIVIDADE

No entanto, o jornalismo brasileiro, como instrumento de lutas sociais e políticas, difusor de opinião, escrito em estilo literário, começa a mudar no final do século XIX, e perde espaço na segunda metade do século XX, quando a narrativa jornalística passa a incorporar normas de redação oriundas dos Estados Unidos, que tornam o texto padronizado, homogeneizado, sob a égide dos princípios de objetividade e imparcialidade. Esses modos de apuração, tratamento e apresentação dos fatos chegaram com a finalidade de conferir maior credibilidade ao jornalismo e de facilitar a produção dos jornais, cujas tiragens eram cada vez maiores, atitude ligada ao crescimento industrial do país.

As relações capitalistas introduziram, então, alterações significativas no modo de se fazer jornal, como exemplifica Sodré (1966), com a tendência ao declínio do folhetim que foi

substituído pelo colunismo e, pouco a pouco, pela reportagem; a tendência para a entrevista, substituindo o simples artigo político; a tendência para o predomínio da informação sobre a doutrinação (...). Aos homens de letras, a imprensa impõe, agora, que escrevam menos colaborações assinadas sobre assuntos de interesse restrito do que o esforço para se colocarem em condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias (SODRÉ, 1966, p. 339).

Todavia, alguns jornalistas e veículos não se submetem a essa nova forma de narrar e continuam a utilizar elementos ficcionais para a construção da narrativa jornalística, principalmente nas reportagens, marcando confluências entre o fazer literário e o jornalístico. O marco do chamado jornalismo literário no Brasil foi a revista “Realidade” (1966-1976), que se destacou pela qualidade e profundidade de seus textos.

A proposta se aproximava da experiência do *New Journalism*⁹, nos Estados Unidos, cujas narrativas eram marcadas por características do universo ficcional, com o registro fiel dos fatos com aprofundamento da realidade; a construção dos acontecimentos cena a cena, que põe o leitor como espectador dos fatos; o uso de diálogos, que trazem ritmo ao texto, despertam e prendem a atenção do leitor; a contextualização dos temas; a observação participante; o resgate de assuntos cotidianos e a humanização dos personagens.

Em Portugal, o jornalismo intensificou seu desenvolvimento após o 25 de Abril. A imprensa portuguesa adota um Código Deontológico que enfatiza a necessidade de focar nos fatos e na objetividade. O levantamento realizado por Freitas (2002, p. 76) aponta que “um dos locais onde é mais evidente que a imprensa tenta evitar a presença de literatura em suas páginas é nos livros de estilo”. A autora e jornalista cita como exemplo o da revista “Visão”, que defende a isenção e a busca da objetividade. Para ela, “actualmente uma certa seriedade profissional faz intuir que o uso de técnicas literárias só é aceitável se, sem influenciar os factos, reforçar o impacto dos mesmos junto aos leitores” (FREITAS, 2002, p. 79).

Apesar da defesa da objetividade jornalística, é interessante notar que a imprensa portuguesa demorou a eliminar o folhetim de suas páginas. O gênero que contribuiu para divulgar escritores e aumentar as vendas dos jornais no século XIX estendeu-se pelo século XX, embora com menor espaço e impacto. Como exemplos, pode-se citar as obras de José Rodrigues Miguéis, “Uma Aventura Inquietante”, publicada no semanário “O Diabo”, em 31 capítulos, entre 1934 e 1936; e “Idealista no Mundo Real”, que apareceu como série de 16 episódios, entre 1964 e 1965, na revista “Seara Nova”, e concluído com mais sete partes em 1979, no “Diário Popular”. A década de 1980 também rendeu alguns folhetins, como “E Se Tivesse a Bondade de Me Dizer Porquê?”, de Clara Pinto Correia e Mário de Carvalho, divulgado no “Diário de Notícias”, entre 1985 e 1986. Há ainda “Um crime na Expo”, de Francisco José Viegas, iniciado em 1997, publicado semanalmente no “Diário de Notícias”, com o desenlace na época da abertura da Expo 98; e o ainda recente “A Agenda de Dulcineia”, de 2002, escrito por Francisco Moita Flores e José Marques Vidal para a revista “Focus”. Atualmente, o gênero foi praticamente suprimido da imprensa nacional (FREITAS, 2002).

⁹ O *New Journalism* foi um movimento jornalístico/literário norte-americano dos anos 1960 deflagrado pelos escritores-jornalistas Tom Wolfe, Truman Capote, Gay Talese e Norman Mailer. O título básico do *New Journalism* é *A Sangue Frio*, de Capote, inicialmente publicado nas páginas da revista *The New Yorker*.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A TÍTULO DE CONCLUSÃO

As relações históricas entre jornalismo e literatura, sempre tão estreitas, contribuíram inegavelmente para transformações em ambas as áreas. Uma bebe na fonte da outra e esse movimento de interseções e separações promove mudanças tanto na forma de pensar como na forma de fazer textos, sejam eles jornalísticos ou literários.

Numa época em que prevalecem tantas discussões acadêmicas sobre inter e transdisciplinaridade, sobre o trânsito entre os saberes e as dificuldades de se “encaixar” determinados textos em categorias preestabelecidas, é muito importante refletir sobre as contribuições das relações entre jornalismo e literatura para o avanço do conhecimento.

Ao verificar como, no século XIX, os textos buscavam suas identidades, podemos refletir sobre qual é o texto jornalístico que se quer hoje. Estamos abordando, neste caso, o texto impresso. Como ele deve ser pensado, então, diante das chamadas novas tecnologias, diante de fenômenos como a globalização, diante de novas demandas por informações a cada dia, apesar do excesso que chega a casa de cada cidadão diariamente.

Pensar sobre o passado e a origem do jornalismo, tão próximo da literatura naquela época, leva-nos a refletir se não caberia, na contemporaneidade, retomar a premissa de que cabe ao jornal impresso aprofundar-se nas questões tratadas, em vez de produzir a notícia “*fast food*”, que já é passada pelos meios eletrônicos. E, nesse aspecto, recorrer a recursos da literatura para enriquecer o texto poderia ser uma das alternativas. Buscar dirigir o olhar para o cotidiano, para as histórias das pessoas – mas não como forma de espetacularizar –, como recurso para aproximar o leitor do texto, promovendo identificação e resgatando a função do jornalista como um contador de histórias e não como mero agente mediador de informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASPerti, Clara Miguel. “A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica”. In: VII Jornada Multidisciplinar: Humanidades em Comunicação, 2005, Bauru, SP. *Anais eletrônicos*. Bauru, SP: Universidade do Estado de São Paulo, 2005. Disponível em:

http://www4.faac.unesp.br/eventos/jornada2005/trabalhos/68_clara_miguel.htm. Acesso em: 23 mar. 2016.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática, 1999.

DIMAS, Antônio (org.). *Vossa Insolência: Crônicas / Olavo Bilac*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREITAS, Helena de Sousa. *Jornalismo e Literatura: inimigos ou amantes? Contribuições para o estudo de uma relação controversa*. Lisboa/EUA: Peregrinação Publications, 2002.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Barueri, SP: Manole, 2004.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos – A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

MARQUES DE MELO, José. Incursões pioneiras de Hipólito da Costa no mundo da imprensa. *Jornal da Rede Alcar*, 2001. Disponível em: <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/incursoes-pioneiras-de-hipolito-da-costa-no-mundo-da-imprensa/>. Acesso em: 24 mar. 2016.

MATOSO, José (dir.). *História de Portugal – A segunda fundação (1890-1926)*. Sexto volume. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

MONTEIRO, Ofélia Paiva. *O essencial de Almeida Garrett*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

NEIVA, Érica Michelline Cavalcante. “A crônica no jornal impresso brasileiro”. *Revista PJ:BR - Jornalismo Brasileiro*, São Paulo, n.5, 2005. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios5_b.htm. Acesso em: 17 mar. 2016.

RIBEIRO, José Alcides. *Imprensa e ficção no século XIX – Edgar Allan Poe e a*

narrativa de Arthur Gordon Pym. São Paulo: Unesp, 1996.

SANTOS, Jeana Laura da Cunha. “Machado de Assis: a crônica no jornal / o jornal na crônica”. In: II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2004, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis: Alcar, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1/Machado%20de%20Assis%20a%20cronica%20no%20jornal%20%20o%20jornal%20na%20cronica.doc>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SANTOS, Rogério. “Jornalismo português em finais do século XIX – Da identificação partidária à liberdade de reportar”. *Media e Jornalismo*, Lisboa, n. 6, 2005.

SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 31-46.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.